

## SESSÃO DE ABERTURA





Composição da mesa  
(da esquerda para a direita)

Prof. Doutora Maria Luis de Rocha Pinto – Representante da APD (Associação Portuguesa de Demografia)

Prof. Doutor João Serra – Presidente da Fundação Cidade de Guimarães

Dra. Francisca Abreu – Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Guimarães

Prof. Doutor Oliveira Ramos – Presidente do I Congresso Histórico Internacional

Prof. Doutor Diego Ramiro – Presidente da ADEH (Associação de Demografia Histórica)



## **Discurso do Senhor Presidente do Congresso**

Exma. Senhora Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Francisca Abreu

Senhor Presidente da Fundação Cidade de Guimarães, Dr. João Serra

Prezados e prezadas colegas

Senhores Congressistas e Representantes das Associações Internacionais

Meus amigos,

Minhas senhoras e meus senhores

De novo, com prazer, tomo parte em Guimarães na abertura de um Congresso Internacional, neste caso, sobre As cidades na História: população.

Vivi neste burgo há mais de meio século e nele guardo imperecível recordação. Neste ensejo, na pessoa da Senhora Vereadora Dra. Francisca Abreu, saúdo em especial a Câmara Municipal de Guimarães e o seu ilustre Presidente, suporte esclarecida da realização do nosso Congresso Internacional, que ocorre na circunstância de Guimarães, Capital Europeia de Cultura. Cumpre-me também cumprimentar o Presidente da Fundação e aos dois Presidentes agradecer o apoio prestado.

Como figura central e motor de realização do Congresso está a Professora Doutora Maria Norberta Amorim, Catedrática da Universidade do minho que o Professor David Reher, Catedrático da Universidad Complutense acompanhou na concepção do evento, acolitados pelo Secretário-Geral Mestre Antero Ferreira, com a participação científica de outros professores de universidades portuguesas, a saber, de Coimbra, Nova de Lisboa, Aveiro, com destaque para a do Minho.

Aliás, todos enriquecem o Conselho Científico, onde figuram presidentes de reputadas associações internacionais de população e demografia, de diversos continentes, e, nomeadamente, de Espanha, de França, de Itália e de Portugal.

Uma palavra especial para um dos grandes da Demografia e de outros ramos do saber histórico, o meu amigo Jean-Pierre Pousson, duas vezes Presidente da Sorbonne e antigo Reitor da Academia de Bordéus, em cuja Universidade Michel de Montaigne outrora apadrinou o meu doutoramento “honoris causa”.

Sejam todos bemvidos a Guimarães.

Sejam todos bem-vindos a Portugal.

Os congressistas de todas estas nações e do nosso país vão trocar ideias, vão traçar análises do passado, vão procurar e dar a conhecer, assim espero, caminhos de pesquisa, de inovação, e de prospecção.

Não devo esquecer que existe uma tradição de grandes congressos sobre a História desta cidade e de Portugal.

Devem-se a iniciativas do Sr. Eng<sup>o</sup> Duarte do Amaral, gestor estudioso do passado vimaranense e de seu filho, Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral, Catedrático de Direito e personagem entrosada no advento da democracia, desde 1974.

Já no anterior Congresso, aqui efectuado, visto Freitas do Amaral, que era Ministro de Estado, me ter pedido para o substituir na Presidência dessa realização, prestei sincera homenagem a estes singulares vimaranenses.

Para a Professora Doutora Norberta Amorim, cuja tese de doutoramento dirigi, o meu grato saudar pelo convite que, graças à anuência da Câmara Municipal de Guimarães, me dirigiu para outra vez presidir ao actual congresso. Faço-o com honra e gosto, por saber que na Câmara existe liderança e um grupo de trabalho capaz de ajudar a preparar as labutas científicas e organizativas.

Conforme preconizei no fecho do antecedente Congresso, outras perspectivas, outras participantes, outra metodologia convinha perfilhar e estudar por ocasião de um colóquio coevo de Guimarães, capital europeia de Cultura, se tal viesse a acontecer. Na altura, era uma hipótese, hoje uma realidade prestigiada em marcha.

Foi, então, neste contexto que a Professora Norberta, com o seu colega de ofício Professor Reher, desenvolveu ensaios, rebuscou raízes, de modo a apresentar o fruto de investigações, e de caminhos a percorrer no futuro.

Nos próximos dias, aguardo a concretização desta experiência, com ansiedade e a esperança que sempre me acompanharam, como professor universitário, primeira na Universidade de Lisboa, e durante longos anos, de docência e comando na Universidade do Porto; e mais brevemente, na Presidência do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Porquê? Porque, com outras colaborações internas e externas, colhidas no tecido social, às Universidades, aos seus professores e investigadores, aos seus alunos, aos seus antigos discentes cumpre discernir e inventar, dar a conhecer e formar os responsáveis pelo renascimento de Portugal.

Assim, aqui estamos por obra deste antigo e histórico município, Capital da Cultural em 2012, com professores da ainda jovem Universidade do Minho e outras associações e instituições congéneres, para rememorar o país e a Europa, para reconstruir cientificamente o passado, para reflectir sobre o porvir, tirando partido dos fenómenos da população e da ciência demográfica.

O objectivo será, não apenas historiar, mas também edificar um Portugal criativo e uma Europa carecida de dinamização sustentada para competir com as potências de sempre, e as potências emergentes, atenta à pessoa, na sua diversidade cultural e livre de todo e qualquer nacionalismo, se agressivo, estiolante e chauvinista.

*Prof. Oliveira Ramos*





## Discurso do Senhor Presidente da Fundação Cidade de Guimarães

Sr.<sup>a</sup> Vereadora dos Pelouros da Cultura e Educação, por si e em representação do Senhor Presidente da Câmara

Sr. Presidente do Congresso, Professor Doutor Luís Oliveira Ramos,

Srs. coordenadores da Comissão Científica, Professora Doutora Norberta Amorim e Professor Doutor David Reher,

Ilustres Convidados,

Senhores Congressistas,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Se não há cidade sem história, também é certo que não há cidade sem utopia de cidade. A utopia alimenta-se da crítica, da recusa da cidade que temos. Onde há desordem ou conflito severo, pretendemos impor a razão a regra, a harmonia. Gostaríamos que a realidade fosse orientada por um modelo.

O pensamento urbanístico desde os gregos que projecta modelos de cidade. Em certa medida, como escreve Françoise Choay, esses modelos são projecções racionalizadas de imaginários colectivos e individuais.

São porém mais do que meros desejos. Karl Mannheim insistiu sobre o cariz activo da utopia na sua oposição ao *status quo* social. A utopia tem uma função desintegradora, tem ou procura ter, de uma qualquer forma, um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente.

Estas considerações, que espero não considerem impertinentes, introduzem uma ou duas reflexões que peço licença para trazer a este Congresso Histórico – que saúdo nas pessoas dos seus Presidentes, e de todos os congressistas – sobre a natureza utópica da Capital Europeia da Cultura.

As operações deste tipo têm nas grandes exposições de âmbito nacional, regional ou internacional das cidades industriais da segunda metade do século XIX o seu mais longínquo antecedente.

As exposições são outras cidades, que se sobrepõem às velhas, originando movimentações urbanísticas significativas: destruições e reconstruções, novas infra-estruturas e equipamentos. Trazem estímulos à produção industrial e constituem afirmação de política externa. São peças do marketing de cidade e convocam as artes para exercerem uma centralidade simbólica.

Por isso se pode dizer que as grandes exposições são o culminar de uma aproximação à utopia da cidade de base tecnológica.

Normalmente representam um investimento de capitais extraordinário. A arquitectura e o urbanismo são chamadas a coincidir. E contribuem para uma diminuição da conflitualidade na cidade. O urbano é agora menos social e mais espacial, condição favorável à experimentação tecnológica e cultural, perante uma cidade que se renova e é dirigida segundo um conceito racional e científico.

Esta utopia de cidade, a que alguns chamaram urbanismo do progresso, entrou em crise com a crise do Estado Providencia. Hoje desconfiamos, e bem, de um urbanismo que se considere científico.

De facto o modelo pode roçar o arbitrário. Uma cidade não é um laboratório. Uma cidade não é uma maquete.

Foi necessário pois repensar o próprio imaginário. Sustentá-lo no inquerito, no estudo da diversidade de necessidades dos homens reais, procurar informação prévia e beber na história.

A integração do passado na utopia de cidade é essencial. O passado é onde assenta o presente e onde este prolonga as suas raízes, mas há que reconhecer a irredutível originalidade da situação contemporânea, a sua especificidade. O hoje prolonga o passado, não o repete.

A utopia de Guimarães 2012 aceitou este conceito: a temporalidade é assim concreta e criativa e não especializada e abstracta.

Para prevenir a arbitrariedade, é preciso que os cidadãos intervenham, façam parte, que os destinatários sejam associados às escolhas, que os consumidores participem no processo produtivo.

O imaginário de cidade tem que se ancorar no real, e encontrar as percepções, os sonhos e necessidades dos seus habitantes.

A cidade não é apenas um meio ou um objecto por intermédio do qual se realizam funções vitais, é um quadro de relações inter-pessoais, o lugar de uma actividade que consome sistemas de signos, e é por isso que as artes e a cultura são nucleares, tanto na definição concreta da cidade como no desenho do seu imaginário.

Que traços são essenciais à utopia de cidade de Guimarães 2012?

- a valorização do espaço público – renovação urbanística das praças velhas e novas praças;
- a renovação dos aspectos simbólicos, pela adição de novos elementos de marca e identificação;

- a convocação da arte contemporânea, para reflectir sobre a cidade, com a cidade e para a cidade;
- o confronto (“face to face”) tradicional e moderno, fora e dentro
- devolução da imagem (Ilustração);
- narrativas e sons do espaço público;
- cidade compacta e cidade sem qualidades (Fotografia);
- novos patrimónios (“Edifícios e vestígios”);
- global/local (metáfora de Pistoletto);
- a noção de processo.

A utopia de cidade convoca também a democracia. O revigoramento do espaço público, a reflexão e desafio que a arte contemporânea traz à cidade, a participação e a apropriação individual e colectiva, o envolvimento do tecido associativo, a autonomização da ordem cultural, a liberalização dos técnicos, tudo isso age a favor da democracia.

A mais poderosa utopia de cidade que é também o mais eloquente elogio da democracia fê-la Péricles no seu no famoso discurso de elogio fúnebre, reelaborado por Tucídides.

“Começo pelos nossos antepassados” – disse o orador. “É justo e adequado que, numa ocasião como esta, lhes seja dedicada a primeira menção. Foram eles que viveram neste país, sem interrupção, de geração em geração, e, graças ao seu valor, legaram-no livre aos que aqui vivem presentemente”.

Mas não esquece a geração precedente. “E se os nossos mais remotos antepassados são dignos de louvor, muito mais são os nossos pais, que acrescentaram à herança recebida o império que agora possuímos, não poupando sacrifícios para serem capazes de deixar as suas conquistas aos que, como nós, constituímos a presente geração”. E enumera em seguida as componentes essenciais da República de que justamente se orgulha a sua geração e pelos quais merece panegírico: a decisão pelo método democrático, a justiça igualitária, o livre acesso aos cargos públicos, a não profissionalização da actividade política, a inviolabilidade da vida privada, a tolerância para com a diferença, o império da lei e a protecção dos oprimidos, o direito à educação, ao lazer e à cultura, o gosto pelo requinte sem extravagâncias, a abertura ao comércio externo e a aceitação do estrangeiro na respectiva diversidade cultural, o respeito pelos vencidos,

Péricles sabe que desta visão, desta grandeza, há testemunhos. A memória ficou corporizada na literatura e nas artes. “A admiração dos tempos presente e futuro ser-nos-á

devida, uma vez que não deixámos o nosso poder sem testemunhos, antes os recordamos em grandiosos monumentos”. A eles acrescentam todavia “uma memória não escrita que (...) permanece nos corações das suas gentes”.

Como não ver aqui, neste patriotismo da cidade, os traços da modernidade política anunciada da Europa? Este é o desafio das gerações actuais. Honrar o passado, os passados, avaliar o futuro. É aliás nessa capacidade de avaliação colectiva que reside para Péricles o segredo do modelo de governo ateniense.

“Nós atenienses, somos capazes de ajuizar todos os acontecimentos públicos e, em vez de considerarmos a discussão dos mesmos como um obstáculo para a acção, pensamos que ela constitui um passo preliminar indispensável a qualquer acção prudente”

## **Discurso da Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães**

Exmo. Sr. Presidente do Congresso, Professor Doutor Luís Oliveira Ramos,

Exmo. Sr. Presidente da Fundação Cidade de Guimarães, Professor Doutor João Serra,

Exmo.s Srs. Coordenadores da Comissão Científica, Professora Doutora Norberta Amorim e Professor Doutor David Reher,

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Srs. Vereadores,

Ilustres Convidados,

Ilustres Congressistas,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Na impossibilidade de estar presente, o Sr. Presidente da Câmara de Guimarães, Dr. António Magalhães, encarregou-me de, nesta ocasião, o representar e, em seu nome, cumprimentar todos os representantes das entidades e instituições presentes e todos os palestrantes e congressistas.

É, portanto, em nome do Sr. Presidente da Câmara e em meu nome, que vos apresento calorosas boas vindas e votos de que este Congresso Internacional seja a oportunidade para se aprofundar o conhecimento sobre as cidades, para melhor nos prepararmos para os desafios que enfrentam.

Sr. Professor Oliveira Ramos, o nosso reconhecimento pelo trabalho e tempo dedicados a este Congresso.

E permita-me que agradeça especialmente à Sra. Professora Doutora Norberta Amorim, pelo trabalho incansável e persistente que dedicou à concepção e à realização da edição de 2012 do Congresso Histórico.

Agradecimento extensível a todos, desde a Comissão Científica aos técnicos, pelo cuidado e atenção dedicados à organização do Congresso, que nos permite estar hoje, aqui.

Mais do que os países, as cidades confrontam-se hoje com problemas e desafios extraordinários e, talvez, ímpares na História das Cidades: do desemprego ao abandono escolar, da pobreza à solidão, da insegurança à marginalidade, dos sem abrigo à limpeza e recolha de resíduos, da poluição ao fornecimento de água, do saneamento básico à rede

de transportes públicos, da habitação ao ordenamento do território, da marginalidade às acessibilidades, da exclusão à violência.

Apesar dos imensos problemas que se vivem nas cidades, os cidadãos procuram cada vez mais viver em cidades. De facto, de acordo com o Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos, em 2000 45% da população mundial vivia em cidades, em 2010 essa percentagem era de 50% e prevê-se que em 2030 suba para 60%.

Como se explica, então, esta contradição entre os imensos problemas que as cidades comportam e a incessante busca das cidades por parte das populações?

A par dos problemas, as cidades oferecem extraordinárias oportunidades que justificam ou explicam esse fenómeno.

As cidades oferecem melhores oportunidades de emprego e de escape à pobreza, de privacidade e de anonimato. Ao mesmo tempo constituem-se como espaços de encontro e de participação, de convergência e de autonomia, de partilha e de coesão. Possibilitam a criação de parcerias e de cumplicidades. Possibilitam o acesso à educação e aos bens culturais.

Porque as cidades são territórios de vitalidade e desenvolvimento e, por isso, de oportunidades e potencialidades. São territórios que favorecem a formação estética e, sobretudo, a formação ética, a criatividade e a inovação, factores indissociáveis da produção de riqueza e bem-estar.

Paradoxalmente, as cidades concentram bolsas de pobreza e marginalidade, mas, em simultâneo, oferecem as melhores oportunidades para se escapar à pobreza e à marginalidade, na medida em que são territórios e instrumentos incontornáveis na construção de uma sociedade mais desenvolvida, mais coesa e sustentável.

Mas se as cidades enfrentam problemas e desafios sem par, as cidades históricas enfrentam problemas ainda mais complexos: o envelhecimento da população e a degradação física do seu património e do seu espaço público, o esquecimento e a falta de oportunidades.

Para as cidades históricas só há duas alternativas: entregam-se ao esquecimento e apagam-se ou reinventam-se, recriam-se e prometem futuro.

Guimarães, cidade histórica, recusou o esquecimento e o cinzentismo. Viu no seu património material e imaterial um recurso extraordinário. Viu nas suas gentes, no forte sentimento de pertença e identidade, na carga histórica e simbólica que herdou, uma fonte inesgotável de energia para ousar e atrever-se a vencer a tristeza a que parecia estar inexoravelmente condenada.

E soube atribuir à cultura o lugar central nas suas políticas públicas. Desde logo, pela valorização do património, reabilitando-o, respeitando a herança, mas atribuindo-lhe novas funções e novos conteúdos. Reanimando, no sentido literal de voltar a dar alma, espaços e tradições. Valorizou-se o espaço público e incentivou-se o seu uso e fruição. Valorizaram-se tradições e memórias e deu-se-lhes sentido e importância. Reforçaram-se as pessoas e as instituições que as integram e representam. E a UNESCO reconheceu esse trabalho e essa visão: desde 2001, Guimarães é Património da Humanidade.

Mas Guimarães quis estar à altura dos pergaminhos que ostenta e não quis ficar amarrada à História e ao passado. E procurou combinar o património e a carga histórica e simbólica que transporta com a inovação, a abertura ao outro e à contemporaneidade. Quis combinar, de forma harmoniosa, a História e a contemporaneidade e o cosmopolitismo. E criou uma agenda cultural forte e de excelência. E permitiu-se que num lugar com a carga histórica e simbólica como é Guimarães se sentissem, se refletissem, se experimentassem os anseios, os interesses do presente e se testassem e preparassem as expectativas do futuro.

Deu-se lugar à ousadia e ao atrevimento, teve-se visão e capacidade de ação: regenerou-se a cidade, criaram-se equipamentos culturais, desportivos e de lazer, abriram-se parques e construíram-se novas escolas. Criaram-se parcerias, locais, regionais, nacionais e internacionais. E fortaleceu-se o tecido social. Reforçou-se a atratividade de Guimarães.

Mas porque as cidades melhores são as que melhoram, eis-nos chegados aqui.

Em 2012 Guimarães é Capital Europeia da Cultura. E a cerca de dois meses do fim deste ano extraordinário para Guimarães, para os Vimaraneses e, queremos acreditar, também para a Europa, podemos já referir ganhos excepcionais que resultaram, a vários níveis.

A cidade cresceu e densificou-se. Cresceu porque lugares esquecidos voltaram a ocupar lugar no mapa físico, mas também psicológico da cidade: Couros e o Instituto de Design, a Plataforma das Artes e da Criatividade, a Casa da Memória e o Laboratório da Paisagem. E neste processo, os privados quiseram fazer parte e participar neste esforço de regeneração. E temos a Fábrica ASA e o CAAA. Como há poucos anos vimos reaparecer o São Mamede. Densificou-se na medida em que estes lugares ganharam novas valências e novas dinâmicas: espaços de criação e produção artística e cultural e espaços que favorecem o aparecimento de novas oportunidades de negócios ou de novas oportunidades para os negócios e indústrias tradicionais.

A cidade cresceu e intensificou-se. Guimarães 2012 permitiu a oportunidade de novos negócios: bares, restaurantes, novos comércios. Nova oferta e uma oferta renovada que reforça e diversifica o comércio tradicional. E chamou ao uso e fruição da cidade outras gentes. Gentes de Guimarães e de fora, do país, da Europa e de outras latitudes. E Guimarães

ganhou em orgulho e autoestima. Uma cidade de gente feliz, como alguém anónimo, numa velha rua de cidade, afirmou sobre as gentes de Guimarães. Porque todos fazemos parte. E todos participam. Não como meros espectadores, antes como atores / fazedores apaixonados e empenhados na construção da cidade que é de todos. E intensificou-se, porque reforçou a participação e a exigência na participação. Uma participação que convoca todos e a vários níveis: na gestão, na concepção, na criação artística e cultural e produção, na partilha de responsabilidades e na autonomia. Uma participação que exige ter e dar opinião, participar, dar e receber. Uma participação que apela a que as pessoas testem os seus limites, ousem e se surpreendam, com os outros, mas e sobretudo consigo próprios. Uma participação que reforça a responsabilidade social, a autonomia, a liberdade, a cidadania, a democracia participativa.

A cidade aumentou a notoriedade e reforçou-se. Aumentou a notoriedade interna e externa, como exemplo de cidade que soube aliar a História e a contemporaneidade, o passado e o presente, as tradições e o novo, o local e o global, o centro e a periferia, nós e os outros, os artistas e os não artistas, a cultura erudita e a cultura popular. Abriu-se ao outro, à Europa e ao mundo. E tornou-se uma cidade disponível e cosmopolita. E o Congresso Histórico junta-se a este propósito, alargando o âmbito e o interesse internacional do tema que se propõe tratar: as cidades. Não as cidades portuguesas. As cidades.

E reforçou-se porque soube aliar o público e o privado, a cultura e a ciência, a arte e a inovação, a cultura e a economia. E reforçou-se, na medida em que a Capital Europeia da Cultura reforçou a coesão do tecido social; na medida em que contribuiu para o reforço e a diversificação do tecido económico; na medida em que a Capital Europeia da Cultura criou oportunidades excecionais de novos negócios e de novos atrevimentos e ousadias, de novos sonhos.

E todos fazemos parte da História da cidade, da cidade na História que os outros antes de nós construíram e animaram e que nós queremos que outros depois de nós o digam de nós próprios. Porque ancorados na força e potencial da memória do passado ousamos construir memória do futuro.

O Congresso Histórico faz parte deste processo de uma cidade que se reinventa e recria. Um processo de ação e de reflexão, de partilha e de cumplicidades.

Desde que vivemos em cidades temos procurado refletir sobre a sua forma, as suas dinâmicas e os seus fluxos, o seu sentido e a sua função.

Hoje a escala e a complexidade das cidades não têm precedentes, mas também os meios e as formas para as pensar e compreender. E todos estamos convocados para o fazer, porque todos somos necessários para a construção da cidade do futuro: mais solidária, mais justa,



mais participativa, mais democrática, mais desenvolvida, mais criativa.

Pensar e compreender As Cidades na História significa aclarar a visão sobre o sentido e a função das cidades no passado, mas sobretudo construir uma visão clara e estratégica para as cidades no futuro.

24 de outubro de 2012

Francisca Abreu

